



AFO

Professor Paulo Lacerda
@ProfessorPauloLacerda

Créditos Orçamentários e Princípios

Créditos Orçamentários

1. **Ordinários:** constam originalmente na LOA;
2. **Adicionais:**
 1. **Suplementar** (sua autorização pode constar na LOA);
 2. **Especial;**
 3. **Extraordinário.**

	Suplementar	Especial	Extraordinário
Conceito	Reforço	Despesa/Dotação nova	Despesa nova + urgente
Aprovação	Lei: LOA ou Específica	Lei Específica	Lei Ordinária (depois)
Abertura	Sanção ou publicação da LEI ou Decreto (LOA)		Medida Provisória/Decreto
Vigência	1 exercício Financeiro		
Prorrogação	Não	Sim, se abertura/aprovação se der nos últimos 4 meses, houver fonte (superávit financeiro ou anulação de despesa) e houver saldo	
Fonte	Excesso de Arrecadação, Superávit Financeiro, Anulação de Despesas, Reserva de contingência, Operação de Crédito e recurso decorrente de VER		
Indicar Fonte	Sim		Não

5 requisitos para que créditos adicionais possam ser reabertos, prorrogados ou transferidos para o exercício seguinte:

1. Créditos Especiais e Extraordinários;
2. Sobrar saldo (diferença entre o valor autorizado e não empenhado até 31/12);
3. O ato de abertura/autorização seja promulgado nos últimos 4 meses do exercício financeiro (meses do “bro”);
4. Tenha fonte definida e indicada:
 1. Superávit Financeiro (para ambos os créditos) + operações de créditos a ele vinculadas;
 2. ¹Anulação de Despesas (apenas para o especial).
 - a) ¹se usar esta fonte, deve-se esperar o 1 bimestre se encerrar.
5. Ato de reabertura se dê no ano seguinte ao da abertura:
 1. Ato próprio da detentora do crédito;
 2. Incorporando-se à LOA corrente;

(CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO - Técnico em Contabilidade) O orçamento anual é organizado em créditos aos quais são consignadas as dotações iniciais. Porém, a legislação prevê a possibilidade de abertura de créditos adicionais durante o exercício para os casos de créditos com dotações insuficientes ou para atender a despesas não previstas. Por serem abertos durante o exercício financeiro, existe possibilidade de **prorrogação** da vigência de créditos adicionais após o encerramento do exercício. Um dos **requisitos** para essa prorrogação é que

- A) se indique a fonte de recursos no exercício da vigência prorrogada??.**
- B) se trate de créditos adicionais abertos com **excesso de arrecadação**.
- C) se trate de créditos adicionais **suplementares** ou especiais.
- D) sejam créditos especiais abertos nos últimos quatro meses do exercício e com saldo.**
- E) sejam créditos extraordinários abertos **durante o exercício** e com saldo.

(CESGRANRIO - 2013 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão) Caso o Governo Federal enfrente uma situação de calamidade pública que alcance grande parte da nossa população, nada obsta que o respectivo Poder Executivo venha, por meio da edição de Medida Provisória, atendidos os requisitos previstos em lei, valer-se da abertura de crédito

- A) especial
- B) extraordinário
- C) suplementar
- D) institucional
- E) programático

(CESGRANRIO - 2013 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão) Caso o Governo Federal enfrente uma situação de **calamidade pública** que alcance grande parte da nossa população, nada obsta que o respectivo Poder Executivo venha, por meio da edição de **Medida Provisória**, atendidos os requisitos previstos em lei, valer-se da abertura de crédito

A) especial

B) extraordinário

C) suplementar

D) institucional

E) programático

(CESGRANRIO - 2012 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)
 No decorrer do exercício financeiro, é permitido ao Poder Executivo solicitar ao Legislativo o acréscimo das dotações orçamentárias. Esses acréscimos, autorizados e adicionados ao orçamento corrente, denominam-se créditos adicionais. Os créditos adicionais denominados créditos suplementares destinam-se a

- A) reforçar uma dotação já existente no orçamento do exercício financeiro corrente.
- B) financiar programas novos que não possuem dotação específica no orçamento vigente.
- C) atender despesas imprevistas e urgentes (calamidade pública, surtos epidêmicos, etc).
- D) prover, de forma ilimitada, recursos para programas iminentes face à urgência das situações que os justificam.
- E) resguardar o exercício futuro, exceto se abertos nos últimos quatro meses do ano do orçamento em exercício.

(CESGRANRIO - 2012 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)
 No decorrer do exercício financeiro, é permitido ao Poder Executivo solicitar ao Legislativo o acréscimo das dotações orçamentárias. Esses acréscimos, autorizados e adicionados ao orçamento corrente, denominam-se créditos adicionais. Os créditos adicionais denominados créditos **suplementares** destinam-se a

- A) reforçar uma dotação já existente no orçamento do exercício financeiro corrente.**
- B) financiar programas novos que não possuem dotação específica no orçamento vigente.
- C) atender despesas imprevistas e urgentes (calamidade pública, surtos epidêmicos, etc).
- D) prover, de forma ilimitada, recursos para programas iminentes face à urgência das situações que os justificam.
- E) resguardar o exercício futuro, exceto se abertos nos últimos quatro meses do ano do orçamento em exercício.

(CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)
 Em um dado exercício, ao final do primeiro semestre, a prefeitura de um município brasileiro reavaliou as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual e detectou a necessidade de abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. Os seguintes dados contábeis foram disponibilizados (valores em reais):

Superavit financeiro do exercício anterior	7.800,00
Receita estimada para o semestre	57.500,00
Receita arrecadada no semestre	63.800,00
Previsão de queda na arrecadação no segundo semestre	2.500,00
Crédito especial do exercício anterior reaberto no exercício	4.700,00
Crédito extraordinário aberto no exercício	1.400,00
Dotações anuláveis	6.200,00
Operação de crédito autorizada para novas despesas	10.000,00

Fontes:

- 1) Excesso de arrecadação;
- 2) Superávit Financeiro;
- 3) Anulação de despesas;
- 4) Reserva de Contingência;
- 5) Operação de Crédito;
- 6) Recursos decorrentes de VER;

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, o valor total disponível para abertura de créditos adicionais é

- A) 14.000,00 B) 15.500,00 C) 17.900,00 D) 20.200,00 E) 21.700,00

(CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)
 Em um dado exercício, ao final do primeiro semestre, a prefeitura de um município brasileiro reavaliou as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual e detectou a necessidade de abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. Os seguintes dados contábeis foram disponibilizados (valores em reais):

Superavit financeiro do exercício anterior	7.800,00	Fontes: 1) Excesso de arrecadação Receita Prevista < Receita Arrecadada - 57.500 + 63.800 = 6.300 - 1.400 (Cré. Extra. sem indicação de fonte) = 4.900 - 2.500 (tendência do exercício) = 2.400
Receita estimada para o semestre	57.500,00	
Receita arrecadada no semestre	63.800,00	
Previsão de queda na arrecadação no segundo semestre	2.500,00	
Crédito especial do exercício anterior reaberto no exercício	4.700,00	
Crédito extraordinário aberto no exercício	1.400,00	
Dotações anuláveis	6.200,00	
Operação de crédito autorizada para novas despesas	10.000,00	

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, o valor total disponível para abertura de créditos adicionais é

- A) 14.000,00 B) 15.500,00 C) 17.900,00 D) 20.200,00 E) 21.700,00

(CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)
 Em um dado exercício, ao final do primeiro semestre, a prefeitura de um município brasileiro reavaliou as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual e detectou a necessidade de abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. Os seguintes dados contábeis foram disponibilizados (valores em reais):

Superavit financeiro do exercício anterior	7.800,00	Fontes: 2.400 + 2) Superávit Financeiro Ativo Financeiro > Passivo Financeiro = 7.800 (apurado só no dia 31/12) - 4.700 (Cré. Reabertos) = 3.100
Receita estimada para o semestre	57.500,00	
Receita arrecadada no semestre	63.800,00	
Previsão de queda na arrecadação no segundo semestre	2.500,00	
Crédito especial do exercício anterior reaberto no exercício	4.700,00	
Crédito extraordinário aberto no exercício	1.400,00	
Dotações anuláveis	6.200,00	
Operação de crédito autorizada para novas despesas	10.000,00	

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, o valor total disponível para abertura de créditos adicionais é

- A) 14.000,00 B) 15.500,00 C) 17.900,00 D) 20.200,00 E) 21.700,00

(CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)
 Em um dado exercício, ao final do primeiro semestre, a prefeitura de um município brasileiro reavaliou as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual e detectou a necessidade de abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. Os seguintes dados contábeis foram disponibilizados (valores em reais):

Superavit financeiro do exercício anterior	7.800,00
Receita estimada para o semestre	57.500,00
Receita arrecadada no semestre	63.800,00
Previsão de queda na arrecadação no segundo semestre	2.500,00
Crédito especial do exercício anterior reaberto no exercício	4.700,00
Crédito extraordinário aberto no exercício	1.400,00
Dotações anuláveis	6.200,00
Operação de crédito autorizada para novas despesas	10.000,00

Fontes: 2.400 + 3.100
3) Anulação de Despesas
 = 6.200

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, o valor total disponível para abertura de créditos adicionais é

- A) 14.000,00 B) 15.500,00 C) 17.900,00 D) 20.200,00 E) 21.700,00

(CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)
 Em um dado exercício, ao final do primeiro semestre, a prefeitura de um município brasileiro reavaliou as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual e detectou a necessidade de abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. Os seguintes dados contábeis foram disponibilizados (valores em reais):

Superavit financeiro do exercício anterior	7.800,00	Fontes: 2.400 + 3.100 + 6.200 + 4) Operação de Crédito = 10.000
Receita estimada para o semestre	57.500,00	
Receita arrecadada no semestre	63.800,00	
Previsão de queda na arrecadação no segundo semestre	2.500,00	
Crédito especial do exercício anterior reaberto no exercício	4.700,00	
Crédito extraordinário aberto no exercício	1.400,00	
Dotações anuláveis	6.200,00	
Operação de crédito autorizada para novas despesas	10.000,00	

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, o valor total disponível para abertura de créditos adicionais é

- A) 14.000,00 B) 15.500,00 C) 17.900,00 D) 20.200,00 E) 21.700,00

(CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Finanças e Orçamento)
 Em um dado exercício, ao final do primeiro semestre, a prefeitura de um município brasileiro reavaliou as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual e detectou a necessidade de abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. Os seguintes dados contábeis foram disponibilizados (valores em reais):

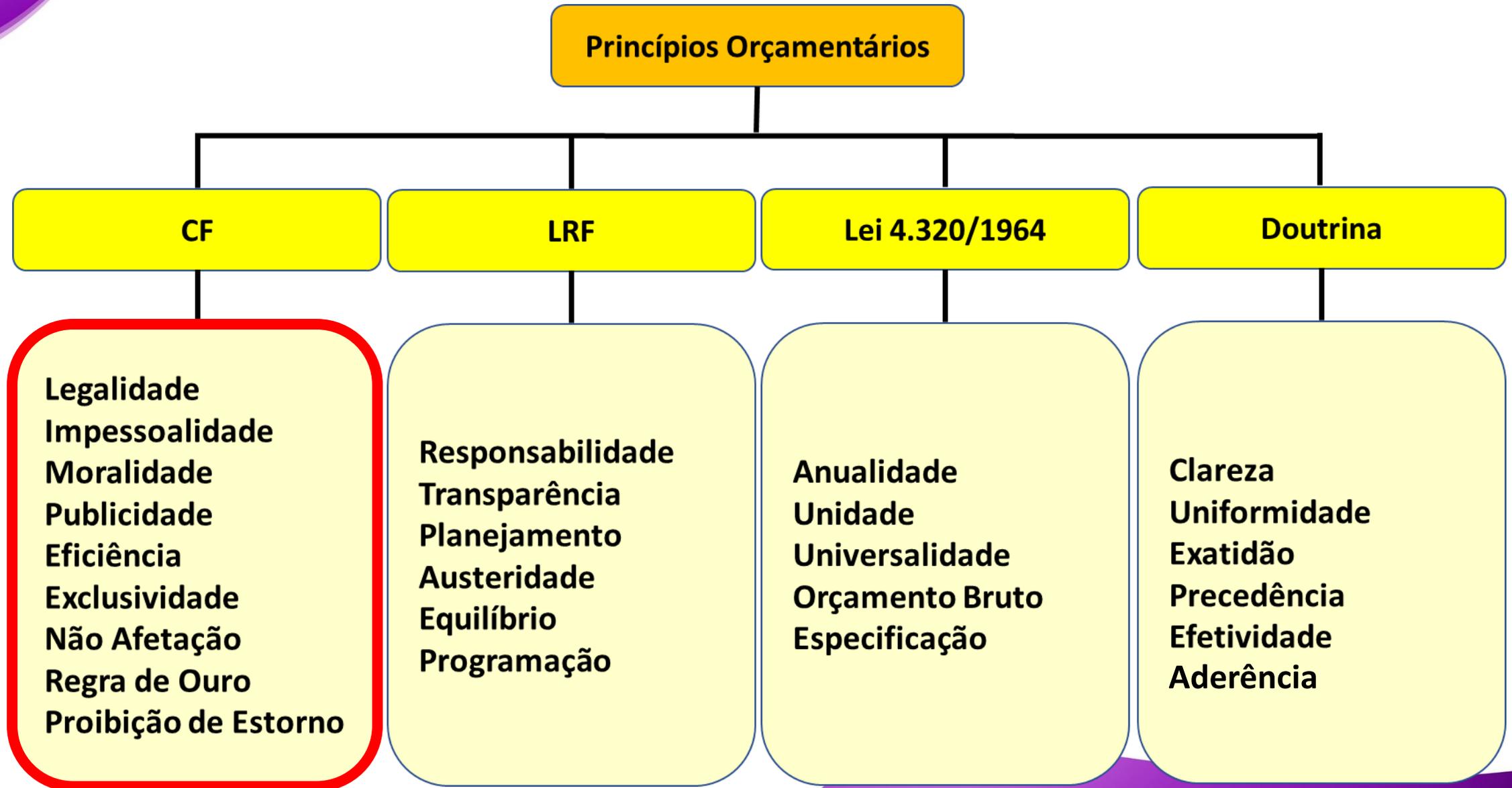
Superavit financeiro do exercício anterior	7.800,00
Receita estimada para o semestre	57.500,00
Receita arrecadada no semestre	63.800,00
Previsão de queda na arrecadação no segundo semestre	2.500,00
Crédito especial do exercício anterior reaberto no exercício	4.700,00
Crédito extraordinário aberto no exercício	1.400,00
Dotações anuláveis	6.200,00
Operação de crédito autorizada para novas despesas	10.000,00

Fontes: 2.400 + 3.100 + 6.200 + 10.000
 = **21.700**

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, o valor total disponível para abertura de créditos adicionais é

- A) 14.000,00 B) 15.500,00 C) 17.900,00 D) 20.200,00 **E) 21.700,00**

Princípios Orçamentários



Varaiveis Princípios	Sinônimo	Conceito	Exceção	Objetivo	Base
Exclusividade	Pureza	Na LOA, só previsão de receitas e fixação de despesas; uma limitação material	Autorização para: 1) Abrir Cré. Suplementares; 2) Contratar Operação de Crédito (inclusive por ARO).	Evitar LOAs “Rabilongas” ou “caudalosas”	CF/88 Art. 165, § 8º
Não Afetação	Não Vinculação	Impostos Livres	6 exceções advindas da CF: saúde, educação, Ad. Tributária, Fundos CF/88, débito com a Uniao e garantias às AROs	Aumentar a margem de manobra	CF/88 Art. 167, IV
Regra de Ouro*	Equilíbrio	Valor das Operações de Crédito não pode superar o valor das despesas de capital autorizado da LOA	Prévia autorização legislativa, com finalidade precisa, por maioria absoluta para custear Crédito especial e suplementar	Otimizar a sustentabilidade da dívida pública	CF/88 Art. 167, III
Proibição de Estorno	Não	Vedado o <u>remanejamento</u> , a <u>transferência</u> e a <u>transposição</u> de itens da LOA sem prévia autorização legislativa	Extintui, transforma, transfere, incorpora ou desmembra UGs e alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação (Art. 60 da LDO/2023; e áreas de Ciência, inovação tecnologia	Inibir o Poder Executivo de destinar valor aprovado na LOA à despesa diversa	CF/88 Art. 167, VI e § 5º

(CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Conhecimentos Básicos) Historicamente, grassava crítica quanto à amplitude das normas que os responsáveis pela elaboração da Lei Orçamentária estabeleciam, dificultando a sua execução. Atualmente, o problema foi resolvido pela aplicação do denominado princípio da

- A) anualidade
- B) periodicidade
- C) universalidade
- D) exclusividade
- E) modicidade

(CESGRANRIO - 2014 - EPE - Analista de Gestão Corporativa - Conhecimentos Básicos) Historicamente, grassava crítica quanto à **amplitude das normas** que os **responsáveis** pela elaboração da Lei Orçamentária **estabeleciam**, dificultando a sua **execução**. Atualmente, o problema foi resolvido pela aplicação do denominado princípio da

- A) anualidade
- B) periodicidade
- C) universalidade
- D) exclusividade**
- E) modicidade

(CESGRANRIO - 2013 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão) O caso em que uma lei orçamentária anual de certo ente federativo inclui, entre as disposições legais nela previstas, matéria tributária concernente à majoração de alíquotas de alguns tributos de sua competência, constitui inobservância do princípio orçamentário da

- A) anualidade
- B) exclusividade
- C) publicidade
- D) unidade
- E) especialidade

(CESGRANRIO - 2013 - IBGE - Analista - Planejamento e Gestão) O caso em que uma lei orçamentária anual de certo ente federativo inclui, entre as disposições legais nela previstas, **matéria tributária** concernente à majoração de alíquotas de alguns tributos de sua competência, constitui **inobservância** do princípio orçamentário da

- A) anualidade
- B) exclusividade**
- C) publicidade
- D) unidade
- E) especialidade

(CESGRANRIO - 2013 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças) Os princípios orçamentários incluem regras a serem seguidas ao longo do processo de elaboração, discussão, aprovação, execução, controle e avaliação do orçamento público. Eles visam não apenas à transparência, mas também, à eficiência e à racionalidade do processo como um todo. Um dos princípios se baseia na inclusão apenas de matéria orçamentária no processo orçamentário, não sendo permitida a inserção de assuntos estranhos à previsão da receita e à determinação da despesa. Qual dos princípios se baseia nesse conceito?

- A) Legalidade
- B) Anualidade
- C) Exclusividade
- D) Universalidade
- E) Unidade

(CESGRANRIO - 2013 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças) Os princípios orçamentários incluem regras a serem seguidas ao longo do processo de elaboração, discussão, aprovação, execução, controle e avaliação do orçamento público. Eles visam não apenas à transparência, mas também, à eficiência e à racionalidade do processo como um todo. Um dos princípios se baseia na **inclusão apenas de matéria orçamentária no processo orçamentário**, não sendo permitida a inserção de assuntos estranhos à previsão da receita e à determinação da despesa. Qual dos princípios se baseia nesse conceito?

- A) Legalidade
- B) Anualidade
- C) Exclusividade**
- D) Universalidade
- E) Unidade

(Avança SP - 2023 - Prefeitura de São Miguel Arcanjo - SP – Tesoureiro) O princípio orçamentário da não-afetação da receita de impostos está previsto no art. 167, IV, da Constituição da República de 1988, segundo o qual é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. No entanto, o próprio texto constitucional traz uma série de exceções. Sendo assim, assinale a alternativa que NÃO é uma delas:

- A) a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.
- B) a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- C) a destinação de recursos para realização de atividades da administração tributária.
- D) a destinação de recursos para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- E) a destinação de recursos para investimentos em obras interestaduais de infraestrutura.

(Avança SP - 2023 - Prefeitura de São Miguel Arcanjo - SP – Tesoureiro) O princípio orçamentário da não-afetação da receita de impostos está previsto no art. 167, IV, da Constituição da República de 1988, segundo o qual é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. No entanto, o próprio texto constitucional traz uma série de exceções. Sendo assim, assinale a alternativa que **NÃO** é uma delas:

- A) a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.
- B) a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino.
- C) a destinação de recursos para realização de atividades da administração tributária.
- D) a destinação de recursos para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- E) a destinação de recursos para investimentos em obras interestaduais de infraestrutura.**

(FCC - 2018 - ALESE - Analista Legislativo – Administração) É INCORRETO afirmar que a chamada regra de ouro

A) visa impedir a realização de operações de créditos em excesso ao montante das despesas de capital.

B) impede, se respeitada, o aumento da dívida pública.

C) foi inicialmente lançada na Constituição de 1988 e constou também na redação original da Lei Complementar no 101/2000, embora com algumas diferenças.

D) permite que a maioria absoluta dos deputados estaduais autorize operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital, desde que com finalidade precisa.

E) é importante regra de Direito Financeiro para o equilíbrio das contas públicas.

(FCC - 2018 - ALESE - Analista Legislativo – Administração) É **INCORRETO** afirmar que a chamada regra de ouro

A) visa impedir a realização de operações de créditos em excesso ao montante das despesas de capital.

B) impede, se respeitada, o aumento insustentável da dívida pública.

C) foi inicialmente lançada na Constituição de 1988 e constou também na redação original da Lei Complementar no 101/2000, embora com algumas diferenças.

D) permite que a maioria absoluta dos deputados estaduais autorize operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital, desde que com finalidade precisa.

E) é importante regra de Direito Financeiro para o equilíbrio das contas públicas.

(CESGRANRIO - 2013 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças) A elaboração do orçamento anual pelos entes da Federação deve seguir procedimentos que assegurem que todos os conteúdos previstos em lei sejam contemplados. Alguns procedimentos baseiam-se nos princípios orçamentários, e outros fazem referência aos itens a serem incluídos na peça orçamentária. Sobre esses procedimentos e princípios, tem-se que o(a)

- A) montante da despesa fixada corresponde ao tamanho do orçamento.
- B) excesso de arrecadação deve ser usado para o pagamento de restos a pagar sem cobertura financeira.
- C) arrecadação poderá exceder a previsão, se houver autorização legislativa.
- D) despesa fixada só poderá ser modificada quando houver excesso de arrecadação para sua cobertura.
- E) despesa, uma vez fixada, deverá ser empenhada em sua totalidade.

(CESGRANRIO - 2013 - IBGE - Analista - Orçamento e Finanças) A elaboração do orçamento anual pelos entes da Federação deve seguir procedimentos que assegurem que todos os conteúdos previstos em lei sejam contemplados. Alguns procedimentos baseiam-se nos princípios orçamentários, e outros fazem referência aos itens a serem incluídos na peça orçamentária. Sobre esses procedimentos e princípios, tem-se que o(a)

- A) montante da despesa fixada corresponde ao tamanho do orçamento.**
- B) excesso de arrecadação deve ser usado para o pagamento de restos a pagar sem cobertura financeira.
- C) arrecadação poderá exceder a previsão, se houver autorização legislativa.
- D) despesa fixada só poderá ser modificada quando houver excesso de arrecadação para sua cobertura.
- E) despesa, uma vez fixada, deverá ser empenhada em sua totalidade.

(CESGRANRIO - 2013 - BNDES - Profissional Básico – Engenharia) O atraso brasileiro em infraestrutura [...] pode estar com os dias contados. Alternativas para viabilizar projetos têm sido criadas pelo governo e estão promovendo grande entusiasmo, não só entre a equipe econômica [...], mas também entre os empresários.

De acordo com a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), seriam necessários anualmente R\$ 180 bilhões em investimentos até 2015 para que o país “tirasse o atraso” no setor. No entanto, a conta que há alguns anos parecia impossível de fechar, hoje pode até mesmo ser ultrapassada [...].

MACHADO, Gustavo. Falta de dinheiro não será mais gargalo para infraestrutura. Brasil Econômico. Disponível em:. Acesso em: 02 jul. 2012.

De acordo com as informações apontadas no texto, conclui-se que existem, atualmente,

- A) fontes de financiamento suficientes para a infraestrutura.
- B) preocupações com a ausência de iniciativas para alavancagem da atividade industrial.
- C) falta de dinheiro no mercado de capitais para financiamento de projetos de infraestrutura.
- D) satisfação da maioria das empresas com o planejamento nas licitações em questões de licenciamentos.
- E) confiança dos investidores com o retorno imediato para iniciativas de aportes grandiosos.

(CESGRANRIO - 2013 - BNDES - Profissional Básico – Engenharia) O atraso brasileiro em infraestrutura [...] pode estar com os dias contados. Alternativas para viabilizar projetos têm sido criadas pelo governo e estão promovendo grande entusiasmo, não só entre a equipe econômica [...], mas também entre os empresários.

De acordo com a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), seriam necessários anualmente **R\$ 180 bilhões em investimentos até 2015 para que o país “tirasse o atraso”** no setor. No entanto, a conta que há alguns anos parecia impossível de fechar, **hoje pode até mesmo ser ultrapassada** [...].

MACHADO, Gustavo. Falta de dinheiro não será mais gargalo para infraestrutura. Brasil Econômico. Disponível em:. Acesso em: 02 jul. 2012.

De acordo com as informações apontadas no texto, conclui-se que existem, atualmente,

A) fontes de financiamento suficientes para a infraestrutura.

B) preocupações com a ausência de iniciativas para alavancagem da atividade industrial.

C) falta de dinheiro no mercado de capitais para financiamento de projetos de infraestrutura.

D) satisfação da maioria das empresas com o planejamento nas licitações em questões de licenciamentos.

E) confiança dos investidores com o retorno imediato para iniciativas de aportes grandiosos.

(CESGRANRIO - 2008 - TJ-RO - Agente Judiciário – Economista)
Na elaboração dos orçamentos públicos, o princípio orçamentário que estabelece a premissa de que as despesas totais não devem ultrapassar as receitas previstas no período chama-se

- A) orçamentação clássica.
- B) orçamentação base zero.
- C) princípio da prudência.
- D) princípio da uniformidade.
- E) princípio do equilíbrio.

(CESGRANRIO - 2008 - TJ-RO - Agente Judiciário – Economista)
 Na elaboração dos orçamentos públicos, o princípio orçamentário que estabelece a premissa de que as despesas totais não devem ultrapassar as receitas previstas no período chama-se

- A) orçamentação clássica.
- B) orçamentação base zero.
- C) princípio da prudência.
- D) princípio da uniformidade.
- E) princípio do equilíbrio.**

(IDIB - 2020 - Prefeitura de Colinas do Tocantins - TO - Auditor Fiscal) Acerca dos princípios orçamentários, assinale a alternativa correta:

- A) O princípio da unidade prega que orçamento deve contemplar todas as receitas e todas as despesas do Estado.
- B) De acordo com o princípio da proibição do estorno, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- C) O princípio da anualidade não comporta exceções, de modo que o orçamento público tem vigência exclusiva para o período de um ano.
- D) O princípio da discriminação recomenda que, na lei orçamentária anual, sejam consignadas dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros ou transferências.

(IDIB - 2020 - Prefeitura de Colinas do Tocantins - TO - Auditor Fiscal) Acerca dos princípios orçamentários, assinale a alternativa correta:

A) O princípio da **unidade** prega que orçamento deve contemplar todas as receitas e todas as despesas do Estado.

B) De acordo com o princípio da proibição do estorno, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

C) O princípio da **anualidade não comporta exceções**, de modo que o orçamento público tem vigência exclusiva para o período de um ano.

D) O princípio da **discriminação** recomenda que, na lei orçamentária anual, sejam consignadas dotações **globais** destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros ou transferências.



AFO

Professor Paulo Lacerda
@ProfessorPauloLacerda